

**XXVII Encontro Anual da ANPOCS**

Título do Trabalho

**Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**

Autor

**Alecsandro JP Ratts**

**GT Relações Raciais e Etnicidade**

Seção

**Articulando gênero e “raça”**

Coordenadores(as)

**Marcia Lima**

**Livio Sansone**

## **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**

Alecsandro JP Ratts

A matéria prima dessa comunicação se compõe de trajetórias de mulheres negras obtidas a partir de fontes diferenciadas: 1. Aquelas retomadas em pesquisas e levantamentos que abordam inteira ou parcialmente as trajetórias de mulheres negras, publicadas em livros e artigos; 2. Aquelas rememoradas por mulheres negras em artigos de seu próprio punho ou em entrevistas publicadas; 3. Aquelas observadas em trabalhos de campo por nós efetuados ou acompanhados como orientador e colaborador, realizados em agrupamentos negros rurais e urbanos. O fio condutor dessa proposta de análise se delinea a partir dos deslocamentos de mulheres negras, ou seja, comporta os seus trajetos, não somente geométricos, entre agrupamentos negros rurais e urbanos e entre espaços públicos e privados, que correspondem a um trânsito por âmbitos sócio-raciais diferenciados.

Dentre os pressupostos do trabalho é necessário evidenciar que considero que as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial, assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam.

Proponho, portanto, a intercessão “controlada” dessas três variáveis - gênero, raça e espaço – que têm conceituações e derivações historicamente diversas no pensamento científico. A partir desse ponto de vista observa-se que há espaços aos quais estamos habituados(as) e outros que nos parecem estranhos, sobre os quais nos dizem que não é nosso lugar ou nos quais nem sonhamos em adentrar. Em decorrência, é possível indagar: Como se configura para a mulher negra a relação com o espaço? Onde ela é vista habitualmente? Onde ela não é vista?

Cabe indagar por que um homem afrodescendente, em seu processo intelectual, se interessa *por* e almeja escrever *acerca de* mulheres negras? Um homem negro de pele clara cuja mãe pode ser identificada como branca. Mais que fornecer ou obter uma resposta única devo ressaltar a progressiva percepção e a constatação da discriminação contra as mulheres negras no Brasil e em outras parte do mundo, o que suscita uma reflexão posicionada, além da convivência com mulheres negras ativistas e mais recentemente na colaboração com organizações de mulheres negras, atividade exercida não sem percalços. Também não se trata de obliterar ou substituir a voz feminina negra, tema tratado por intelectuais negras ativistas

(GONZALEZ, 1988; hooks, 1995; BAIROS, 1995; GONÇALVES E SILVA, 1998; CARNEIRO, 2003).

Ao chamar a atenção na primeira parte do título desta comunicação para as categorias de gênero, raça e espaço, não implica em que as trato como auto-evidentes e que tenha partido delas correndo o risco de “reproduzir o sistema” e chegar a “conclusões banais” como alerta Crapanzano (2001: 447). Em tempos de “profundo questionamento da raça” por alguns(umas) cientistas sociais (MAGGIE & REZENDE, 2001) é necessário afirmar que essas categorias são construções sociais e a interrelação entre elas se reconstitui em diferentes processos históricos.

No entanto, com o foco na trajetória de mulheres negras, inscritas na obra de historiadores(as), sociólogos(as), antropólogo(as) e arquitetos(as) e escritas por seu próprio punho, uma incômoda reiteração merece ser refletida. A idéia de um “mesmo mutável” que Paul Gilroy utiliza para a “música negra”, pode ser reposta para a trajetória de mulheres negras na sociedade brasileira de uma forma negativa: a mulher negra – quer tenha sido ou seja denominada de *preta*, *parda* ou *mulata* – e a despeito de toda mistura e de todo encantamento que tenha ou tem suscitado, está situada nos extratos mais baixos da sociedade.

Deslocando-se entre espaços privados e públicos sua figura se confunde com a imagem da mulata, da empregada doméstica e das babás, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas (GONZALEZ, 1984), todas ícones que representam limites, barreiras, móveis e mutantes, porém não inexistentes. Passo então às noções de cada elemento dessa tríade e aos pressupostos deste trabalho.

### **Raça, gênero, espaço e subalternização na sociedade brasileira**

A raça, pedra de toque da formação sócio-cultural e sócio-espacial brasileira, foi (bem ou mal) vista por diversos cientistas sociais com horizontes acadêmicos e políticos distintos. Para além das teorias raciais e sobretudo racistas do período entre 1870 e 1930 (SCHWARCZ, 1993), a raça tem seu estatuto entre intelectuais como Gilberto Freyre nas décadas de 1940 e 1950, sendo associada ao sexo, à classe e à espacialidade. No segundo pós-guerra, a raça esteve quase ausente da Geografia e da Arquitetura, praticamente foi posto em último plano na Antropologia, mas ficou presente na Sociologia das relações raciais devidamente contextualizada e conceptualizada. Na contemporaneidade, a raça se mantém ou reaparece

como questão para os cientistas sociais, devido à continuidade (móvel e mutante) do racismo (que porta e exige uma referência a algo que se chame de “raça”) e no seu duplo o anti-racismo, intelectual e ativista.

Sem almejar fazer uma longa narrativa desta noção, declaro que opto pelo viés que desnaturaliza a raça e a define como “um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado” (GUIMARÃES, 1999: 09). Raça, em contextos que não cabe apresentar aqui, pode ser vinculada ao conceito de etnia. Porém, é na interseção com a noção de gênero que o par raça/etnia nos interessa diretamente.

Um artigo profícuo de Verena Stolcke (1991) explora essa correlação. A raça enquanto estatuto biológico foi negada, no entanto, a noção de etnia retira a raça do campo biologizante, mas não a faz desaparecer. Por outro lado, a noção de gênero transcende o “reducionismo biológico” contido na idéia de sexo, mas esta igualmente não se desfaz no que tange às diferenças entre homens e mulheres:

Quando usados como indicadores dos limites de grupo, as características raciais, não menos que as étnicas, são *formações simbólicas*. Já entre os seres humanos, que constituem uma espécie bissexual, as diferenças biológicas existem de fato (STOLCKE, IDEM: 110).

Desnaturalizadas, as noções de raça e sexo não podem ser simplesmente substituídas por etnia e gênero, mas mantêm correlações, sobretudo em sociedades de classes, segundo a Autora:

Assim, quero propor que, ao menos na sociedade de classes, essa homologia de fato se sustenta. De forma correlata, que procurarei explicar, as diferenças de sexo, não menos que as de raça, foram e continuam a ser ideologicamente identificadas como fatos biológicos socialmente significativos na sociedade de classes e são construídas e legitimadas por se basearem nos supostos fatos biológicos das diferenças de raça e de sexo. A característica decisiva da sociedade de classes a esse respeito é uma tendência geral a naturalizar a desigualdade social (STOLCKE, 1991: 110).

Sem ser necessário recorrer a muitas fontes é possível agregar às noções de raça e gênero, a noção de espaço, visto como a dimensão espacial das relações sociais, não somente como suporte – espaço físico – e sim, como construção social (SANTOS, 1979), que porta

elementos simbólicos e que pode ser derivada em outras noções a exemplo de paisagem, região ou território<sup>1</sup>.

Nas sociedade brasileira, de passado escravista, a correlação entre gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) denomina de *subalternização do gênero segundo a raça*:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecido, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003).

Sueli Carneiro se referencia sobretudo em Miriam Moreira Leite (1984), em Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988) e em Sônia Giacomini (1988):

(...) ao reduzir o escravo à condição de ‘coisa’ e negar-lhe toda e qualquer subjetividade, a escravidão constrói-se sobre a base da indiferenciação dos indivíduos a ela submetidos. A disposição fisiológica que capacita a mulher a desempenhar o papel central na procriação, por sua vez, vistas as características de um regime que não reproduzia sua população escrava, não parece ter-se transformado, como em outras sociedades, em base material de funções sociais particulares. Em outras palavras, tudo indicaria a inexistência de uma “condição da mulher escrava”, particularizada seja frente à “condição do escravo em geral”, em um nível, seja frente à condição da mulher em geral, em outro nível (GIACOMINI, 1988).

Posso acrescentar como fontes outros trabalhos que não abordam diretamente mulheres ou mulheres negras e que serão referidos adiante (WISSENBACH, 1988; DIAS, 1995/1984; LEITE, 1996) e, ainda que considere a possível existência de variações locais e regionais da condição social das mulheres negras, adoto o pressuposto da autora. Neste sentido, entendo que, no Brasil, essa subalternização do gênero implica na seguinte

---

<sup>1</sup> Uma variedade de autores(as), sobretudo geógrafos(as) poderia ser invocada aqui, mas limito-me a uma versão difundida e quiçá consensual na geografia brasileira, principalmente de orientação marxista, agregando elementos da abordagem cultural nessa ciência. Para a relação raça/etnia e território/espço ver RATTS, 2003.

hierarquia: Em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra<sup>2</sup>.

### **Gênero, raça e espaço na virada do século XX (1870-1930)**

Para a discussão em pauta, Gilberto Freyre deve ser referido como um dos formuladores da inter-relação entre raça, sexo e espaço, sobretudo em **Sobrados e Mocambos** (1998/1936)<sup>3</sup>, quando propõe o espaço habitacional/privado (sem obliterar o espaço público) como foco central de sua análise:

O centro de interesse para o nosso estudo de choques entre raças, entre culturas, entre idades, entre cores, entre os dois sexos, não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita – onde os antagonismos de raça e, principalmente, os de cultura, tomaram, por vezes, formas as mais dramáticas em nosso país (...) O centro de interesse de nosso estudo desses antagonismos e das acomodações que lhe atenuaram as durezas, continuam a ser a casa – a casa maior em relação com a menor, as duas em relação com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar (FREYRE, 1998/1936: XLI)

Afeito a ressaltar as intercessões e a docilidade na formação cultural brasileira, Freyre igualmente aponta oposições de raça, sexo, classe e sua dimensão espacial, situando-as no período posterior ao colonial:

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados, mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado, as moças namorando das janelas para as ruas, as aldeias de mucambos, os “quadros, os cortiços crescendo ao lado do sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles (...) aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e agente de cor, entra casa grande e a casa pequena. Uma nova relação de poder que continua, entretanto a ser, principalmente o dos senhores, o dos brancos, o dos homens (FREYRE, IDEM: XLI).

---

<sup>2</sup> Esse quadro, poderia ser ampliado para incluir homens e mulheres indígenas e caberia revê-lo em situações locais. No entanto, sustento-o para a análise proposta.

<sup>3</sup> É necessário afirma que corroboro às críticas feitas a Freyre de uma análise do passado, sobretudo da escravidão, fechada em si e idealizadora (IANNI, 1978: 83-100). Destaco também os laivos de racismo que sua escrita perpetra.

Sexo, para o Autor, pressupõe uma base biológica mas argumenta que era o “regime social” que moldava os corpos e a relação entre homens e mulheres, o que permite uma desnaturalização das diferenças nesse campo (FREYRE, IDEM: 95). Em um dos capítulos centrais de sua referida obra, Gilberto Freyre relaciona a influência diferenciada da casa sobre os sexos, recaindo sobre a mulher a marca de ser mais “caseira” que o homem :

A casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem. Sobre o homem em geral; mas, em particular, sobre a mulher, quase sempre mais sedentária ou caseira. Especificamente dentro do sistema patriarcal, inimigo da rua e até da estrada, sempre que se trate de contato da mulher com o estranho (FREYRE, 1998/1936, p. 152)

Freyre distingue as casas de engenho e de sítio dos sobrados, descreve o entorno e os personagens de cada cenário, ressaltando a raça, o sexo e a faixa etária de alguns deles:

As casas de engenho e de sítio dando para a frente para estradas quase intransitáveis; outras para os rios; os sobrados para as **ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negros de ganho, muleques a empinarem seus papagaios**, mulheres públicas. Menino de sobrado que brincava na rua corria o risco de degradar-se em muleque; iaiá que saísse sozinha de casa, rua afora, ficava suspeita de mulher pública. O lugar do menino brincar era o sítio ou o quintal, **a rua, do muleque**. O lugar de iaiá, a camarinha; quando muito a janela, a varanda, o palanque<sup>4</sup> (FREYRE, 1998/1936, p. 152)

O Autor focaliza a passagem para o final do século XIX, enunciando, no processo de urbanização, a transformação das senzalas para “quartos para criados” – as dependências<sup>5</sup> – e indicando a constituição dos conjuntos de mocambos segregados: “(...) enquanto as senzalas diminuíam de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades (FREYRE, 1998/1936, p. 152).

Atribuindo o caráter de entidade ao espaço habitacional, Freyre apenas correlaciona a existência dos espaço segregados com o estigma que recebem. Por outro lado, o Autor indica

---

<sup>4</sup> Da leitura de Freyre é possível inferir que “menino” corresponde a “menino branco” e “muleque” a “menino negro”. Nossos dicionários contemporâneos guardam o sentido racializado do termo, associado a um aspecto comportamental negativo.: 1. Rapaz preto, negrinho. 2. Menino travesso. 3. Indivíduo sem gravidade ou sem palavra. 4. Canalha. (Dicionário Michaelis) 1. Negrinho. 2. Bras. Indivíduo sem palavra, ou sem gravidade. 3. Bras. Canalha, patife, velhaco. (Dicionário Aurélio). Este último afirma a origem quimbundo do termo: *mu'leke*. O feminino moleca, recebe as mesmas acepções. O termo “menino” e “menina” mantêm igualmente os sentidos positivos, marcados por uma afetividade.

<sup>5</sup> Neste trecho do livro, Freyre abre uma nota em que cita anúncios de jornais cariocas ainda da primeira metade do século XIX que chamavam a atenção para sobrados com “casas para pretos” ou “quartos para creados ou escravos”.

um processo de ascensão social para homens negros e mulheres negras que, se existiu não pode ser generalizado:

Os ex-escravos bem sucedidos é que aos poucos iam melhorando de vida. As negras e mulatas, amigadas com portugueses ou italianos, repita-se que chegaram às vezes até aos sobrados; algumas tornaram-se senhoras de escravos. E os negros e mulatos marceneiros, ferreiros, funileiros, chegaram às vezes à pequena burguesia. A moradores de casa térrea de porta e janela (FREYRE, IDEM: 179).

É justamente esse aspecto de sua obra que me interessa retomar no debate que poderia interessar a diversas áreas das Humanidades, incluindo aí a Arquitetura e o Urbanismo, no que diz respeito à combinação das variáveis de gênero, raça e espaço.

Posso dizer, em termos contemporâneos, que Gilberto Freyre racializa o espaço e lhe atribui caráter de gênero, sem deixar, ainda, de operar com a idéia de classe. Ao tomar como uma das referências essa obra composta por inúmeras e variadas fontes, não procuro objetá-la ou a ela aderir simplesmente. Outros/as lhe revisitaram, outros/as lhe criticaram, outros lhe esqueceram.

Roberto DaMatta, em seu ensaio tornado clássico – “Espaço – casa, rua & outro mundo: o caso do Brasil” –, enuncia que o espaço se confunde com a ordem social (2000: 30). Tratando tempo e espaço como construções sociais, históricas, o Autor, referenciado sobremaneira em Gilberto Freyre, elege como unidades de análise a *casa* e a *rua*, par dialético estrutural da sociedade brasileira “que operam em todos os níveis da sociedade” (IDEM: 45). No entanto, no artigo referido, DaMatta dá pouca ênfase à raça e ao sexo.

Estudos realizados acerca da história dos(as) escravizados(as) e libertos(as), ou mesmo das mulheres e da construção da corporeidade feminina, corroboram e ampliam a compreensão do diferencial de gênero e raça no tocante aos espaços públicos ou privados, no Brasil do final do século XIX e seu prolongamento até a década de 1930. É, nesse período que desejo fixar primeiramente a atenção.

Considerando-se a idéia de construção do gênero é necessário fazer alusão às marcas distintivas corporais das mulheres negras, vistas nos espaços públicos, sobretudo nas ruas, como o uso de turbantes e panos da costa, escarificações, tatuagens no rosto e em outras partes do corpo, retratadas por Rugendas e Debret, fotografadas por Christiano Jr. e Marc Ferrez (ARAÚJO, 2000; KOSSOY & CARNEIRO, 1994) e também observadas em anúncios de escravos (FREYRE, 1979).

Debruçando-se sobre anúncios em jornais coletados para a cidade de São Paulo do final do século XIX, Lilia Schwarcz destaca que “as mulheres em geral eram descritas a partir de sua boa aparência, seu caráter meigo ou serviçal, indicando inclusive a existência de uma proximidade mais íntima entre senhores e cativas (semelhante à que notamos nos anúncios classificados” (SCHWARCZ, 1987: 134). A autora ressalta que “as descrições das cativas que fugiam eram diversas das referentes ao homens, já que não se costumavam mencionar sinais de tortura e ou castigo” (SCHWARCZ, IDEM: 135). No entanto, a partir de fontes jornalísticas de outras cidades (FREYRE, 1979; CAMPOS, 1984), é possível observar que o corpo negro feminino escravizado foi alvo de violência física, nas mãos, nos pés, nas pernas, nas costas e nas nádegas (DEL PRIORE, 2000: 43-44).

Ilka Boaventura Leite infere dos relatos de viajantes que passaram por Minas em todo o século XIX, a idéia de que a mulher negra era “a trabalhadora e a reprodutora” e que “o tipo de atividade exercido irá legitimando a noção de ‘mulher negra’”. No trabalho doméstico a Autora lista: “limpar, cozinhar, lavar, cuidar das crianças, dos animais domésticos e das plantas, costurar bordar, fazer rendas e artefatos domésticos, servir de dama de companhia”. Como trabalho extradoméstico destacavam-se as vendedoras (LEITE, 1996: 132).

Miriam Moreira Leite encontrou um quadro semelhante para o Rio de Janeiro:

(...) a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalhos descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora, desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora (LEITE, 1984:44)

Todo esse processo, que remete à aparência e ao comportamento, deve ser compreendido como uma complexa representação (e construção, ou em construção) da corporeidade da mulher negra e por que não dizer, do gênero feminino e da raça negra, pelo seu Outro, geralmente o homem branco, viajante (LEITE, 1996; LEITE, 1984)) jornalista (SCHWARCZ, 1987), escritor, médico ou antropólogo. Mais que isso, é possível agregar a variável espaço – sobretudo o doméstico – para focalizar a mulher negra e apreendê-la nessas representações em construção. Anúncios de vendas de escravizadas, destacadas como boas cozinheiras e engomadeiras, aliavam a cor, a idade, o parco vestuário e atributos comportamentais, como exemplificam alguns jornais cearenses:

Vende-se **uma escrava creolla, bem prendada, a saber, boa cozinheira, entendendo de marcas, costuras, engomados, etc.**, com 28 annos de idade. quem a pretender dirija-se ao abaixo assinado. João Domingos Torres. (O Cearense, 16/05/1866 In: CAMPOS, 1984: 112)

Aluga-se **uma escrava boa cozinheira**, quem pretender dirija-se a Ludgero Braulio Garcia. (Pedro II, 27/10/1867 In: CAMPOS, 1984: 115)

Rua Amelia Nº 85 compra-se ou toma-se de aluguel uma escrava que saiba cosinhar e engomar, e **de idade de 16 a 20 annos, preferindo-se preta ou mulata** (Pedro II, 27/10/1867 In: CAMPOS, 1984: 128-129)

Jacob Cahn – Compra escravos de 13 a 30 annos de idade como também **mulatas especiaes, de 15 a 18 annos**; paga bem (Pedro II, 27/10/1867 In: CAMPOS, 1984: 115)

+

Vende-se **uma escrava crioula de 23 annos de idade, boa figura, engomadeira, cozinheira de bons costumes e não tem filhos**. Vende-se a pessoa desta capital que a queira para seu serviço, a tratar na rua Amélia No. 111, esquina. (A Constituição, 18/08/1874 In: CAMPOS, 1984: 131)

Introduzo neste ponto da reflexão o componente da arquitetura residencial que notoriamente se modificou, como alude Freyre. Tratando-se de um levantamento bibliográfico, detenho-me nos estudos de Carlos A. C. Lemos, para a residência paulista e paulistana, mas quando for possível, acrescentarei elementos obtidos para outras regiões e cidades brasileiras. Para a Segunda metade do século XIX, o Autor relata o confinamento ao espaço doméstico das “fazendeiras ricas” no mundo rural (LEMOS, 1976 102). Lemos descreve e exemplifica com as plantas das casas e sobrados urbanos o lugar de negros e negras:

A criadagem dormia aqui e ali, nos porões semi-habitáveis, pois dessa época em diante o soalhos exigiam barrotes e dormentes bem elevados do chão e daí os degraus dos corredores de entrada. Nos casos de porões muito baixos, as negrinhas do serviço doméstico dormiam nas despensas e até nas próprias cozinhas, conforme depoimentos vários de pessoas idosas crescidas nessas casas de classe média do interior, casas ainda nos alinhamentos e algumas já com passagem lateral para animais ou carros de lenha (LEMOS, IDEM: 122).

Nas casas paulistas do período pós-Abolição o Autor remete-se com licenças poéticas uma certa “tristeza” da habitação sem a presença das mucamas e dos moleques:

Casas tristes, porque vazias – desapareceram os moleques de recado, agora morando nos cortiços. Sumiram as mucamas. As engomadeiras. Só restou a cozinheira lamuriosa, que também lava e passa, além de arrumar a casa, sempre reclamando contra a patroa que só sabe mandar, como se fosse no tempo do cativo (LEMOS, 1976: 122).

O autor continua relatando o deslocamentos espacial e social da situação das empregadas domésticas, agregando a entrada em cena de uma nova personagem – a empregada doméstica imigrante:

Nas casas classe média as empregadas foram para os porões ditos habitáveis, como já observamos. Praticamente todas as casas novas tinham porões. Foram raros os quartos de empregada nos quintais, só mesmo nas velhas moradas. Nas moradias abastadas, os arquitetos, principalmente os estrangeiros, projetavam quartos de criada dentro de casa com comunicação interna, como se elas fossem, na verdade agregadas à família, e não simples serviçais de convívio muito limitado, e para alguns até desagradável. É que as famílias ricas tinha já empregadas de fora, sempre brancas (LEMOS, IDEM: 140)<sup>6</sup>.

Por fim, o referido arquiteto expõe o surgimento da edícula (Casa pequena, geralmente construída nos fundos da casa principal) definida no processo de higienização das habitações no período pós-Abolição, destinada às empregadas. No entanto, o Autor reconhece a variedade de projetos (arquitetônicos) no que diz respeito às acomodações para a “criadagem”: (...) alguns não prevendo acomodações de qualquer espécie, outros localizando nos embasamentos habitáveis pequenos cubículos e outros, ainda, imaginando ótimas dependências para criadagem de trato, talvez européia, vinda em substituição às negras da terra (LEMOS, 1976: 142).

Carlos Lemos ilustra suas obras – *Cozinhas, etc. e Alvenaria Burguesa* (1989) – com muitas plantas das residências em que aparecem os *quartos de criada* (nomeação que explicita a relação entre gênero e espaço, passível de ser vinculada à raça)<sup>7</sup>. Suas obras, pelo destaque para o segmento escravo e/ou negro, contribuem para abordar a dimensão espacial das relações que são o tema deste trabalho. Destacando-se o engenhoso exemplo da subalternização do gênero segundo a raça, no caso da substituição das empregadas brasileiras, geralmente negras, por estrangeiras, “sempre brancas”.

---

<sup>6</sup> Lemos registra quartos de criada mais espaços que os habituais em residências projetadas por arquitetos estrangeiros como Carlos Ecmán e Victor Dubugras (LEMOS, 1976: 140), mas também brasileiros, a exemplo do sobrado de Dona Marchetrita Marchesini

<sup>7</sup> Consta na bibliografia de Lemos várias obras que abordavam as relações raciais de autores como Gilberto Freyre, Roger Bastide e Florestan Fernandes.

## **Deslocamentos sócioespaciais de mulheres negras (1870-1930)**

Com intenção de trazer à tona os deslocamentos de mulheres negras do A contribuição de pesquisadoras (sim, predominam as mulheres neste campo), deve incluir dois tipos de trabalhos: as obras que se dedicaram ao estudo de fontes escritas, abrigadas em arquivos e aquelas que trazem as lembranças de mulheres negras que viveram o período em foco, com destaque para seus espaços de residência, trabalho e de deslocamentos.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, debruçando-se sobre a situação das mulheres na cidade de São Paulo, alude que “as fontes escritas mal permitem vislumbres dos elos de solidariedade entre escravos e forros” (DIAS, 2001/1984: 168). A autora destaca o papel central das “quitadeiras remediadas, vendedoras escravas e forras” que “participavam do pequeno comércio local, de modo que sobrepunham a este comércio de vinténs toda a urdidura de medições sociais, que reproduziam em seus escalões inferiores a grande cadeia dos seres da hierarquia social da escravidão” (DIAS, IDEM: 169). Dias narra o caso em que, em 1873, Luís Gama tomou a causa de quitadeiras forras que haviam sido proibidas de vender no centro da cidade (IDEM: IBIDEM).

A também historiadora Maria Cristina Wissenbach, partindo de processos jurídicos de violência envolvendo “escravos e forros” no Estado de São Paulo, encontrou no centro e nos arredores da capital, “espaços de vivência negra” (WISSENBACH, 1998: 129-162). A autora retrata uma cidade segregada, com nítida preferência da população negra em residir agreda e “casar entre os seus iguais”. Wissenbach destaca a continuidade das formas de trabalho para as mulheres forras que “continuavam sendo lavadeiras e quitadeiras, essas últimas em sua maioria africanas” (IDEM: 139)

A Autora discorre longamente acerca dos trajetos dessas mulheres forras, mas detém-se na relação daquelas que residiam em casas próprias e recusavam a reclusão exigida pelos seus maridos, posto que elas haviam adquirido mobilidade ainda nos tempos do cativeiro (WISSENBACH, IDEM: 143-146).

Wissenbach indaga:

(...) como exigir dessas mulheres o confinamento no interior do lar quando a mobilidade e o servir nas ruas eram autorizados na ocasião da tutela absoluta e os movimentos autônomos conquistados em detrimento da escravização? (IDEM: IBIDEM: 146).

Não considero que o período posterior à abolição mulheres negras e homens negros, tenham simplesmente herdado os efeitos nefastos do período escravista na construção associada de gênero e raça. A entrada de imigrantes repõe em outro plano a desigualdade: em São Paulo, no ano de 1893, os(as) estrangeiros(as) eram 58,3% dos(as) ocupados(as) em serviço doméstico, contra 41,6% dos(as) nacionais. No caso do comércio, setor em que atuavam negros(as), os(as) estrangeiros(as) compunham naquele ano 71,6% e os(as) nacionais 28,3% (ROLNIK, 1997: 74).

Nas entrevistas conduzidas por Teresinha Bernardo (1998), a cidade de São Paulo das décadas 1920 e 1930 aparece diferenciada na variação combinada de raça, gênero e classe nas lembranças das mulheres brancas ítalo-brasileiras, em que uma parte trabalhou sobretudo em fábricas, e outra se ateve ao espaço doméstico. Nas décadas referidas, segundo a Autora, “o processo de ascensão da colônia italiana começa a se fazer notar” e prescinde “do trabalho do menor e da mulher” (IDEM: 104):

As lembranças dessas velhas parecem revelar que o espaço ocupado por elas se restringia ao bairro onde moravam, ao percurso que faziam quando trabalhavam ou a certos locais de lazer que freqüentavam. De qualquer forma, presente-se que o espaço ocupado era bastante restrito, impossibilitando assim, lembranças mais públicas (IDEM: 76)

No caso das mulheres negras, destacam-se as famílias chefiadas por mulheres (BERNARDO, IDEM; 61-63), as lembranças amargas dos cortiços (sem paz e sem privacidade, com ressalvas para o companheirismo de outras mulheres), as festas – o baile das cozinheiras, o carnaval, os rituais religiosos afro-brasileiros (IDEM, 51) e o lazer – a exemplo do *footing* na Rua Direita segregado racialmente (IDEM: 47)<sup>8</sup>.

Raquel Rolnik em trechos de entrevistas refaz o quadro da residência nos porões, da dificuldade de negros(as) conseguir alugar casas (1997:75). Territórios negros segregados na capital paulistana do período republicano emergem da pesquisa desta arquiteta que espacializa seus dados e destaca o papel das mulheres em seus deslocamentos por esses agrupamentos:

As mulheres, trabalhando e morando nas edículas das casas burguesas, tinha ligações com os bairros populares diretamente adjacentes, onde residiam seus parentes em cortiços. O padrão seria então – aos pés das zonas ricas e exclusivas localizarem-se as zonas negras na cidade – o lugar de ajudantes gerais - , delineando uma linha de extremos (ROLNIK, 1997: 76).

---

<sup>8</sup> Esse fato foi indicado numa entrevista com uma senhora negra que finaliza os depoimentos do livro *Memória e Sociedade: lembrança de velhos* de Ecléa Bosi (1998/1993: 378) e notado na pesquisa de Raquel Rolnik (1997).

## **Raça, sexo, residência e emprego doméstico (1930-1950)**

A décadas de 1940 e 1950 representam momentos relevantes dos estudos das relações raciais no Brasil, coincidindo com o período de incremento da industrialização e da urbanização na região Sudeste. No campo dos estudos destaco aqueles autores que focalizaram raças (ou grupos de cor) em combinação com a dimensão espacial e de gênero.

Donald Pierson é um dos autores que adentrou no tema da correlação entre raça e residência, sendo que é mister ressaltar sua ênfase na reduzido ou inexistente preconceito racial no Brasil. No capítulo *Distribuição Espacial das Classes e Cores* de seu livro *Branços e Pretos na Bahia* (PIERSON, 1971/1942: 99-109), o Autor identifica a relação da segregação:

À medida que se percorriam as diferentes áreas residenciais, notava-se que esta segregação, de acôrdo com as classes econômicas e educacionais, obedecia de maneira geral – embora com algumas exceções importantes – às diferenças de côr da população. Na verdade, à primeira vista, a Bahia fazia lembrar – como, aliás, observou o prof. Robert E. Park – “uma cidade medieval cercada por aldeias africanas (PIERSON, IDEM; 105)”

O sociólogo Costa Pinto é um dos que mais enfatiza a correlação entre cor/raça, sexo e residência, ressaltando ainda o vínculo dessas variáveis com o emprego doméstico. Defensor de que a segregação racial no Brasil é semelhante à dos Estados Unidos, variando apenas em grau e não em espécie, como indicam um de seus comentadores<sup>9</sup>, o Autor destaca, para o período citado, que a população negra (preta e parta) estava superrepresentada nas favelas e que a presença de mulheres negras nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro devia-se sobremaneira à figura da empregada doméstica que residia na casa de seus patrões (COSTA PINTO, 1998/1953: 118-119).

Costa Pinto, não se restringiu aos dados do Censo de 1940 e do Censo das Favelas do Rio de Janeiro de 1949, atentando-se para a representação social da mulher negra, preferida vista pelo homem branco como “objeto preferido para o prazer implicitamente obsceno e extra conjugal) e discriminada em sua limitada ascensão social:

---

<sup>9</sup> MAIO, Marcos Chor. Apresentação In: COSTA PINTO, 1998/1953: 39).

Quando a mulher de cor começa a ascender por outras formas na escala social [que não a prática do concubinato] – além de outros óbices comuns à cor independente de sexo, e ao sexo independente de cor – encontra, nessa arraigada atitude das camadas, um fator de resistência à sua ascensão como força de perpetuação de seu *status* subalterno (COSTA PINTO, 1998/1953: 119).

Cinquenta anos depois da pesquisa de Costa Pinto penso que é de interesse é rever um autor que apontava a existência de “barreiras raciais” de linhas de cor e de sexo, que podiam ser tomadas ora como interligadas, independentes ou predominantes na análise. Para Costa Pinto essa correlação não se tratava somente de uma herança do padrão escravista, e sua análise deveria incluir, como aludi acima, o período de intensa industrialização e urbanização em que concorrem a migração de populações de Minas Gerais e Espírito Santo (e posteriormente do Nordeste), para o Rio de Janeiro. Tendo esse quadro em vista, posso inferir que os mecanismos do racismo se reconstruíram nem meados do século XX, merecendo análise diferenciada do período anterior (1870-1930).

No final do período acima referido, a percepção dessa correlação entre raça, sexo e emprego doméstico leva as/os ativistas negas/os a preocuparam-se prioritariamente com a organização das empregadas domésticas, que eram em sua grande maioria negras (NASCIMENTO, 203/1950: 79; 98)<sup>10</sup>

É também nesse período que estudiosos das religiões afro-brasileiras e/ou das relações raciais, encontram territórios negros femininos em algumas das mais importantes cidade brasileiras para a discussão em pauta. Nunes Pereira em sua etnografia da Casa das Minas em São Luís do Maranhão, dedica todo um capítulo para trata d’*A Casa e sua dona*, ressaltando ser aquele um espaço feminino: “A Casa é das Minas, sim, de uma sociedade africana transplantada para o Brasil, mas o patrimônio que ela representa está confiado a uma verdadeira Mãe: autoritária, quando é mister; boníssima, sempre (NINA RODRIGUES, 1979: 22)”<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Jornal Quilombo: “Precisam-se de escravas”(N. 6 – p. 9, fev. 1950) e “Instalado o ‘Conselho Nacional das Mulheres Negras” (n. 9 – p. 4, mai. 1950)

<sup>11</sup> Há uma correlação iconográfica entre essas descrições e as fotografias de mães-de-santo que chefiavam terreiros em São Luís e Salvador, compostos hegemonicamente por mulheres ou não (PIERSON, OP. CIT.; NUNES PEREIRA; OP. CIT.)

Atento ao desenho espacial da casa, Nunes Pereira retrata o que podemos denominar de um território negro feminino que se destina à morada das *noviches* e também à presença ritual dos *voduns* (femininos e masculinos) (NINA RODRIGUES, IDEM: FIG. 4). Por um pesquisador que lhe sucede quase quarenta anos depois ficamos sabendo que a casa data, no local em que está, de 1847 (FERRETI, 1996: 57). Composta na verdade por uma habitação maior, um quintal e por um conjunto de habitações, a casa das Minas, foi recentemente tombada pelo IPHAN. O antropólogo Sérgio Ferreti, em sua etnografia, corrobora a imagem de um território negro feminino mais que centenário: Em síntese, podemos dizer que a Casa das Minas como um grupo religioso tradicional, quase uma sociedade secreta, aristocrática e sob a liderança feminina (FERRETI, IDEM: 88).

Numa cidade como São Luís do Maranhão, onde, no início de um levantamento de fontes para essa pesquisa, ouvi observações genéricas de que os lugares de maior presença negra no século XIX eram, além da Casa das Minas e da Casa de Nagô, a Cafua das Mercês (mercado de escravizados/as) e os porões dos sobrados, depreende-se que o espaço religioso afro-brasileiro constituiu-se como alternativa espacial para as mulheres negras que viveram a experiência da escravidão.

### **Território negros femininos e buscas sócioespaciais de mulheres negras**

Dentre as trajetórias observadas, dois focos recorrentes se ressaltam: os deslocamentos espaciais de moradoras do campo para a cidade em direção ao emprego doméstico e da empregadas domésticas negras entre suas residências e os locais de trabalho que configuram igualmente espaços raciais e sociais diferenciados, apesar de possíveis superposições. Pesquisas realizadas por mim por orientandos(as) em agrupamentos negros rurais e urbanos, no Ceará e em Goiás, indicam a recorrente passagem de “quilombola” a empregada doméstica, com exceções (RATTS, 2001; PAULA, 2003). Mulheres negras urbanas em seu trânsito entre espaços privados e públicos são remetidas reiteradamente à figura da empregada doméstica, ainda que tenham se tornado, por exemplo, cantoras (BRANDÃO, 2000), atrizes (ALMADA, 1995), professoras (GOMES, 1995), escritoras (DE JESUS, 1998/1958) ou intelectuais (THEODORO, 1996; BAIROS, 2000).

De maneira complementar, a proposta contempla as buscas sócioespaciais de mulheres negras que incluem espaços religiosos, políticos, acadêmicos e afetivos de hegemonia ou maioria feminina, a exemplo de casas de culto afro-brasileiro, irmandades religiosas católicas, organizações não governamentais e residências familiares.

## Olhos para ver a cor púrpura e um retrato inacabado

Resta praticamente ausente deste artigo uma reflexão acerca da corporeidade negra (SANTOS, 1999), notoriamente a feminina, sobretudo quando descrita pelo seu Outro (o homem branco, a mulher branca, o homem negro), que se compõe de imagens em que se reconfiguram o racismo e o sexismo. A literatura de ficção afro-estadunidense feminina, está pontuada de obras que trazem os deslocamentos e as buscas sócioespaciais de mulheres negras (MORRISON, 2002; 1998; 1987; WALKER, 1982).

A voz feminista negra brasileira abordou temática bastante próxima e não foi possível retomá-la na extensão devida<sup>12</sup>. Merece destaque o pioneirismo da antropóloga Lélia Gonzalez, sobretudo o artigo *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* (GONZALEZ, 1984)<sup>13</sup>. Aquele texto, além de um libelo arguto e profundo contra os fenômenos que estão no título, constitui-se num argumento para a discussão que apenas esboço.

Segundo a Autora, a doméstica e a mulata são figuras originárias da mucama (GONZALEZ, IDEM). A primeira, sendo a “mucama permitida”, ao que acrescento: a que é moldada e reservada para o espaço cotidiano/privado, ainda que transite por espaços públicos (de seus círculos preferenciais). A segunda, é o lado exaltação da mesma figura, destinada ao desejo público, ainda que mal (ou não) realizado em espaços privados e tratadas e dirigidas com ou sem sutilezas para as “entradas de serviço”, em seus deslocamentos, sobretudo nos espaços domésticos que lhe são aparentemente “estranhos”, e ainda que estejamos falando de mulheres que exercem outra profissão.

O mundo das empregadas domésticas revela-se binário na oposição entre elas – predominantemente mulheres negras – e suas patroas – em sua maior parte, mulheres brancas (BERNARDINO, 2003) e caberia uma análise que incorporasse a dimensão espacial como o faz Sueli Kofes (2001).

Nas curtas reconstituições e breves lembranças aludidas nesse texto, arrisco-me a apontar que a combinação de sexismo, racismo e segregação espacial, confina historicamente as mulheres brancas um lugar vazio, um **território insípido, incolor e inodoro**, que algumas

---

<sup>12</sup> Para entender princípios do feminismo negro e abordar casos da correlação entre raça, gênero e espaço doméstico ver: BAIRROS, 1995; GONZALEZ, 1988.

<sup>13</sup> Que foi apresentado no IV Encontro Anual da ANPOCS, no GT *Temas e problemas da população negra*, em 1980.

conseguem romper. Para as mulheres negras, reserva-se um **território temperado, colorido e perfumado**, do qual algumas conseguiram fugir ou ao imprimiram o sabor, a cor e o odor que queriam, num processo de busca espacial e não somente fuga, como postulava Beatriz Nascimento (RATTS, 2002). A subalternização do gênero, segundo a raça, apresenta uma dimensão espacial.

Neste país e no âmbito da ciência social que mordeu a maçã do paraíso racial (MOTTA & OLIVEIRA, 1999), fica difícil manter modelos duais de análise, mas as fronteiras, sejam móveis ou rígidas, concretas ou imaginárias, não negam os territórios que elas dividem.

## **Bibliografia**

ALMADA, Sandra (1995) **Damas Negras: sucessos, lutas, discriminação**. Rio de Janeiro: Mauad.

ARAÚJO, Emanuel (Org.) (2000) **Negro de corpo e alma**. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo.

BAIROS, Luiza (2000) **Lembrando Lélia Gonzalez**. In: WERNECK, Jurema *et alli* (Orgs.) O livro de Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola.

BAIROS, Luiza (1995) **Nossos feminismos revisitados**. In: Estudos Feministas Nº 2, pp. 458-463.

BERNARDINO, Joaze (2003) **Hierarquia e cor entre empregadas domésticas em Goiânia**. In: BARBOSA, Lucia Maria de A., GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. & SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). De preto a afrodescendente: trajetões de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São carlos: EdUFSCar, pp. 227-242.

BRANDÃO, Leci (2000) **Histórias e Lutas**. In: WERNECK, Jurema *et alli* (Orgs.) O livro de Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, pp. 228-230.

CARNEIRO, Sueli (2003) **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (no prelo).

COSTA PINTO, L. A . (1998/1953) **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ (2ª ed.).

DAMATTA, Roberto (2000/1984) **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco.

DEL PRIORE, Mary (2000) **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (1995/19984) **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense.

FREYRE, Gilberto (1979) **O escravo nos anúncios de jornais do século XIX**. São Paulo: Nacional.

FREYRE, Gilberto (1998/1936) **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record.

GILROY, Paul (2001) **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Ed. 34/Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GOMES, Nilma Lino (1995) **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (1998) **“Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas”**: situando-nos enquanto mulheres negras. Cadernos Cedes, Ano XIX, Nº 45, pp. 07-23.

GONZALEZ, Lélia (1984) **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. São Paulo, ANPOCS, pp. 223-244.

GONZALEZ, Lélia (1988) **Por un feminismo afrolatinoamericano**. Santiago, Revista Isis International. Vol. IX, junio pp. 133-141.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (1999). **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34.

FERRETI, Sérgio (1996) **Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão**. Goiânia: EDUFMA (2ª Ed.).

hooks, bell (1995) **Intelectuais negras** In: Estudos Feministas Nº 2, pp. 464-478.

IANNI, Octavio (1978) **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC.

JESUS, Carolina Maria de (1998/1958) **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática (7ª Ed.).

KOFES, Suelly (2001) **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas empregadas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KOSSOY, Boris & CARNEIRA, Maria Luiza Tucci (1994) **O Olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX**. São Paulo: EDUSP.

LEITE, Ilka Boaventura (1996) **Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

LEMOS, Carlos A. C. (1976) **Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo, Editora Perspectiva.

LEMOS, Carlos A. C. (1989) **Alvenaria burguesa: breve estudo da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo, Nobel (2<sup>a</sup> Ed.).

MORRISON, Toni (2002) **O olho mais azul**. São Paulo: Companhia das Letras.

MORRISON, Toni (1998) **Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras.

MOTTA, Athayde & OLIVEIRA Eduardo HP de (1999) "**Maçãs, serpentes e as relações raciais no Brasil: para uma nova sociologia das relações raciais**". Comunicação. Caxambu, XXIII Encontro Anual da ANPOCS.

PAULA, Marise Vicente de (2003) **Kalunga: o mito do isolamento diante da mobilidade espacial**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: IESA/UFG.

PIERSON, Donald (1971/1942) **Branços e prêtos na Bahia (estudo de contacto racial)**. São Paulo, Companhia Editora Nacional (2<sup>a</sup> Ed.).

RATTS, Alecsandro J. P. (2003) **A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados**. In: ALMEIDA, M. G. de. RATTS, A. J. P. (Orgs.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa.

RATTS, Alecsandro JP (2002) **Eu sou atlântica: a trajetória intelectual de Beatriz Nascimento em direção ao quilombo**. Comunicação. Gramado: 23<sup>a</sup> Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.

RATTS, Alecsandro JP (2001) **O mundo é grande e a nação também**. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP (mimeo)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni (1979) **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, Milton (1999) **As exclusões da globalização: pobres e negros**. In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.) Na própria pele; os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CORAG/Secretaria de Estado da Cultura.

SANTOS, Milton (1979) **Espaço e sociedade**. Petrópolis, Vozes.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1987) **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Círculo do Livro.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da (1988) **Negro na Rua – A nova face da escravidão**. São Paulo, HUCITEC/Brasília: CNPq.

STOLCKE, Verena (1991) **Sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade?** Estudos Afro-Asiáticos (20), pp. 101-119.

WALKER, Alice (1982) **A Cor púrpura**. São Paulo: Círculo do Livro.

WALKER, Alice (1988) **Vivendo pela palavra**. São Paulo: Rocco.

WERNECK, Jurema *et all* (Orgs.) (2000) **O livro de Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez (1998) **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: HUCITEC.

WISSENBACH, Vincent (Ed.) **Arquitetura Cearense**. Vol 1. São Paulo: Editora Projeto.